

Resenha

ATLETAS GENETICAMENTE MODIFICADOS

Título	Atletas geneticamente modificados
Autor	Andy Miah
Cidade	São Paulo
Editora	Phorte
Ano	2008

Uma das grandes contribuições dadas por Hegel ao estudo sistemático da história está na afirmação de que o movimento da razão deve interagir com as grandes problemáticas de seu tempo. Caso a filosofia deixe de atender para essa tarefa, o raio de ação das suas investigações tende a permanecer apenas escolástico, afastando-a da função primeva que lhe foi dada desde sua criação na Grécia antiga, a de esclarecer o homem.

É consoante essa perspectiva que o livro *Atletas geneticamente modificados*, escrito pelo filósofo do esporte Andy Miah, deve ser entendido: trata-se, acima de tudo, de uma proposta de reflexão teórica sobre a ética no esporte de alto rendimento atual diante de uma problemática nova e ainda muito pouco debatida nas ciências do esporte, a saber, as revolucionárias descobertas feitas nos últimos 15 anos sobre a natureza, o funcionamento e as potencialidades do genoma humano.

A originalidade do olhar de Miah transparece não apenas na escolha do tema, tão presente e ao mesmo tempo tão conturbado nos dias de hoje, mas também no modo preciso com que, ainda na introdução à obra, anuncia os cuidados que devem ser tomados para explorá-lo no que realmente possui de único. No seu entender, o alcance da questão situa-se muito além de defender ou condenar as tecnologias de manipulação genética como forma de engrandecer *performances* esportivas de alto rendimento. Muito pelo contrário, a assunção de posturas maniqueístas apenas impede o debate sobre aquilo que realmente interessa, o levantamento de até onde a possibilidade de uma radical transformação biológica da humanidade pode subtrair ou engrandecer valores outros que também lhe definem. Dentre

esses valores, encontra-se o espaço das práticas esportivas, enquanto elemento constituinte das relações e estruturas sociais.

Em seguida a essa advertência, o autor propõe duas estratégias que acredita serem as mais apropriadas para encaminhar a construção de soluções consistentes. A primeira diz respeito a um radical estudo filosófico dos conceitos de *doping* e *antidoping*, dada a necessidade de saber se seus fundamentos epistêmicos mostram-se apropriados para referenciar análises sobre esporte e biotecnologias; a segunda alude ao mapeamento dos pontos que tanto afastam como aproximam a ética biomédica das abordagens filosóficas do esporte fundamentadas em teorias do valor.

Colocado o quadro, Miah abre o capítulo primeiro do livro apresentando as principais justificativas dadas pelos órgãos de gestão desportiva internacional (comitês olímpicos, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, federações e confederações nacionais, Agência Mundial Antidoping, sociedades acadêmicas etc.) contra o *doping*. Todos destacam os danos causados à saúde, o incremento artificial da capacidade performática, a quebra de regras, a apologia do uso de drogas e a agressão moral aos outros membros da comunidade esportiva como violências inaceitáveis contra o que seria a essência primeva do esporte: sua origem naturalista. No entanto, constata Miah, a fragilidade desse argumento vem à tona quando se observa que tal origem naturalista nem chega a ser lembrada nas deliberações que legitimam as controversas validades de outros sofisticados artifícios técnicos de incremento da competitividade esportiva, como câmaras hiperbáricas, ambientes virtuais, túneis de vento, turbinas aquáticas etc.

Diante de tal contradição, segue Miah, não se pode esperar que essas entidades consigam definir com precisão o que significa ser humano no esporte e, conseqüentemente, ajuizar o valor do desempenho corporal em relação às esperadas tecnologias de modificação genética. Assim, no capítulo segundo são analisadas as diretrizes teóricas que norteiam as atuais políticas mundiais de combate ao *doping*.

Logo em seguida, os capítulos três e quatro são respectivamente destinados a apresentar os conceitos mais importantes da engenharia genética enquanto ciência em constante aprimoramento e o modo como as mídias têm tratado a ideia de modificação genética no esporte. Na leitura de Miah, os discursos midiáticos seguem linhas de raciocínio afins das recomendações propostas pela ética médica, no sentido de que severas regras de precaução global devem ser construídas para se delinear em que circunstâncias a

intervenção da engenharia genética no esporte seria bem-vinda. Afinal de contas, as mídias esportivas afirmam que não há como negar que modificações genéticas poderiam elevar a aptidão motora de atletas até patamares pouco usuais e com mínimas chances de detecção. Isso colocaria em xeque o mérito das vitórias nas arenas esportivas enquanto acontecimento justo e sem corrupção. Nesse sentido, continua o autor, percebe-se que as mídias também comungam da mesma visão naturalista do esporte, de modo que a engenharia genética soaria como uma ameaça em potencial contra a existência de tais raízes seculares.

Apenas no capítulo cinco Miah inicia sua análise propriamente filosófica, revisitando algumas das premissas a partir das quais renomados pensadores procuraram discernir os fatores que dão sentido ou desafiam a noção de ser humano. Os alvos de sua análise são Michel de Montaigne, René Descartes, Charles Darwin, Thomas Hobbes, John Locke, Immanuel Kant, Stuart Mill e Francis Fukuyama. Convém ressaltar que empreendimentos dessa envergadura são louváveis pela quantidade e pelo teor das informações que podem trazer à baila; contudo, também é mister que sua acessibilidade por parte do leitor se torna mais fácil caso algum critério organizacional (genealógico, temático, categorial etc.) seja adotado para transmiti-las¹. Nesse quesito, Miah peca pelo fato de não ir além de uma exposição deveras sintética, limitada a citações e paráfrases curtas. Esse mesmo procedimento sucinto dificulta a aceitação do diagnóstico feito ao término do capítulo de que as filosofias de Montaigne, Descartes, Locke e demais oferecem subsídios limitados para teorizar sobre quais valores fazem o ser humano autônomo e digno.

Então, que caminho seguir? Como pensar a autonomia e a dignidade humanas no que tange aos horizontes das práticas esportivas? No sexto capítulo, Miah ensaia a construção de respostas com base na noção de personalidade. A seu ver, personalidade remete à condição de alguém ser pessoa, que, por seu turno, possui como característica fulcral a determinação de intencionalidades morais perante eventos. Considerando-se que nos eventos esportivos de alto nível a procura pelo desempenho mais satisfatório constitui a meta dos participantes, seria ingênuo acreditar que todas as personalidades partícipes desse ambiente, dadas suas diferentes identidades coletivas e histórias de vida, gerenciassem desejos e expectativas

1. Em relação a esses critérios organizacionais e a necessidade de adotá-los, conferir os argumentos desenvolvidos por Dominique Folscheid e Jean-Jacques Wunemberger em *Méthodologie philosophique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

de autoeficácia consoante os mesmos parâmetros existenciais. Consequentemente, constitui uma utopia achar que a absolutização da liberdade norteia as ações dos agentes esportivos. Para Miah, o maior exemplo disso está nas tomadas de decisões nos meios esportivos, as quais tendem a ser lastreadas muito mais pela necessidade imediata de resolução pragmática de problemas (com todos os riscos que lhes são inerentes!) do que pela adequação a normas éticas universais.

Dada essa caracterização realista do que o esporte de alto rendimento de fato é, em termos morais, Miah sugere que o conturbado assunto da modificação genética poderia ser introduzido nele por meio de levantamentos dos pontos de vista dos atletas por parte dos dirigentes e treinadores esportivos. Entretanto, não basta que os atletas apenas forneçam informações; além disso, urge que abdicuem de seu tão corriqueiro comportamento passivo e se assumam efetivamente como os grandes atores políticos do mundo esportivo de alto nível. No capítulo sétimo, o autor defende a tese de que não se pode abrir mão do engajamento dos atletas para pensar a saúde como um valor esportivo que urge ser revisto ante as virtuais terapias e os tratamentos anunciados pelas tecnologias genéticas. Em se tratando dessa colocação, muito embora admita não ter acesso a dados confiáveis em quantidade suficiente para dizer quais representações de saúde de fato imperam entre atletas de competição, Miah defende a hipótese de que o paradigma biologicista-medicalizante tende a preponderar nesse meio. Afinal de contas, se esse é o viés histórico que sempre dominou a cena do esporte de alto rendimento, por que não esperar sua reiteração no tocante ao discurso dos competidores? Admitindo tal hipótese como fio condutor para futuras pesquisas exploratórias nas próximas décadas, Miah declara que não seria surpreendido caso os atletas de rendimento declarassem afeição maciça pela ideia da intervenção genética em seus tecidos e células tanto para terapia como cura.

O oitavo capítulo explora os potenciais efeitos que essas escolhas acarretariam ao ideário do *fair play*. Segundo Miah, pela lógica do *fair play*, indivíduos que decidem participar de práticas desportivas de alto rendimento também estão assumindo que aceitam abdicar de certas aspirações e tentações pessoais em prol da composição de um ambiente comum a todos definido pela partilha de valores universalmente válidos e racionalmente estabelecidos. Sem esse parâmetro, jogar ou competir tornar-se-ia, em tese, inviável, pois se cada um colocasse a satisfação de suas necessidades pessoais numa escala de importância superior ao esta-

belecimento de normas comuns, fatalmente uma ordem heterônoma de convivência ditaria o tom dos relacionamentos subjetivos. A longo prazo, a consequência decorrente desse estado de coisas seria o caos². Nesse ponto, a decisão de alguém modificar-se geneticamente daria margem para ser interpretada como danosa porque remeteria a uma inclinação pessoal cuja satisfação ocasionaria, como efeito global, o fim o princípio da igualdade de participação entre ele e outros competidores. Portanto, o livre e equânime agonismo, um dos pilares do *fair play*, teria seu fim decretado. Depois dessa afirmação, Miah encerra o capítulo endossando que a eticidade do *fair play* permanece tributária de uma visão sacralizadora das atividades esportivas de competição, cuja premissa básica é a manutenção de aspectos do corpo que, enquanto traços memoriais de sua origem natural, não devem ser violados.

Supondo que a participação engajada dos atletas venha um dia a ocorrer, como soaria para o mundo a relativização do *fair play*? Ou então uma procura intensa por terapias e tratamentos genéticos? Para muitos, isso pareceria herético, porém, caso a adesão ao esporte seja vista como um vetor de construção da autonomia do sujeito, os argumentos que sustentam essa condenação facilmente ruiriam. Não há como desqualificar um desportista que tenha aprendido, via sua profissão, a cuidar do corpo com apreço. A recorrência ao auxílio das tecnologias genéticas com esses propósitos é perfeitamente aceitável para Miah porque, antes de qualquer censura, o esportista é cidadão, e um dos pilares morais da cidadania moderna remete ao legítimo desenvolvimento de comportamentos pedagogicamente emancipados e autorreferenciados. O autor argumenta a favor dessa tese no capítulo nove, assumindo-se partidário das noções legais e políticas que fundamentam o corpo de valores norteadores das democracias de cunho liberal, onde o livre exercício das aspirações individuais é atributo inquestionável. Vendo-se a questão das tecnologias genéticas aplicadas ao esporte por esse lado, as comunidades esportivas prestariam um grande serviço à sociedade caso aceitassem a tarefa de promover fóruns e ciclos de debates em que a possibilidade de futuros humanos escolherem ser geneticamente aprimorados apareça como contribuição relevante das práticas esportivas.

2. Nesse ponto, mesmo sem explicitamente admitir, Miah acaba por tratar o *fair play* como ideia enraizada nas teorizações de Kant sobre ética, cujos textos fundadores são a *Fundamentação da metafísica dos costumes* e a *Crítica da razão prática*, os quais constam devidamente citados nas referências bibliográficas.

No capítulo dez, Miah adota uma posição de escol pessoal, pontuando que o meio esportivo não pode condenar a modificação genética. Afinal, os direitos de cada ser humano independem de seu patrimônio biológico. Todavia, a decisão subjetiva de qualquer indivíduo querer mudar suas características biológicas é perfeitamente contemplada pelos princípios desses direitos. E se o esporte representa um dos fatores que se encontra na base desse processo emancipatório, ele só faz, para o filósofo, ratificar-se como vetor humanizador.

Finalmente, no último capítulo do livro, esse argumento é retomado com base na premissa de que proibi-lo não é eticamente nem legalmente verossímil, porquanto estaria em franco desacordo com os acordos internacionais em bioética e com os códigos de direitos dos atletas, assentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Deparamo-nos então com uma singular aporia: se federações, confederações, comitês olímpicos e demais entidades esportivas decidirem punir indivíduos desportistas adeptos de terapias e tratamentos calcados em tecnologias genéticas apenas através da aplicação de normas *antidoping*, elas acabarão confrontando-se com o exercício pleno dos direitos individuais. Para evitar a eclosão desse conflito, Miah recomenda a substituição das atuais medidas *antidoping* por outra sorte de iniciativas mais abrangentes, como, por exemplo, políticas de intervenção que abarquem todos os agentes modificadores dos processos de desempenho conhecidos e esperados (drogas, aparelhos biomédicos, roupas, materiais acessórios etc.). Afinal, qualquer organização que se diga gestora moral de práticas e valores esportivos revela-se falaciosa quando não procura aprimorar, por meio de contínuas negociações racionais, os critérios e as concepções que lhe dão suporte.

Em suma, como avaliar a obra de Andy Miah a partir de uma perspectiva mais ampla? Revisitando suas colocações pelo prisma dos autores de base que adota e pela seleção das fontes bibliográficas primárias, notamos que elas se alinham com o viés da filosofia analítica, preponderante nos países de língua anglo-saxã. Não que isso tenha algum demérito ou diminua a importância de *Atletas geneticamente modificados*, até porque muitos dos proflucos campos abertos para a investigação filosófica nos últimos cinquenta nasceram da tradição analítica; contudo, cumpre salientar que diante dos outros dois grandes universos linguísticos filosóficos onde as principais pesquisas contemporâneas sobre ética são produzidas (o francês, alinhado com as contribuições da teologia, e o alemão, com o neopragmatismo),

as elucidações que o livro traz refletem estritamente o modo anglo-saxão de ver o mundo³.

Como comentário final, convém asseverar que o horizonte das questões específicas explicitadas em *Atletas geneticamente modificados* se acha relativamente distante do atual estado-da-arte tanto da intervenção profissional como dos trabalhos acadêmicos brasileiros sobre filosofia do esporte. De qualquer maneira, justamente pela ousadia e clareza com que aborda assunto tão novo e ao mesmo tempo controverso, *Atletas geneticamente modificados* constitui leitura obrigatória para acadêmicos, profissionais e leigos que tenham interesse em ampliar seu acervo de conhecimentos sobre complexos problemas que, mais cedo ou mais tarde, com certeza estarão batendo às nossas portas.

REFERÊNCIAS

FOLSCHIED, D.; WUNEMBURGER, J. J. *Méthodologie philosophique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

KANT, I. *Crítica da razão prática*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1978.

_____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2006.

MADARASZ, N. The cross and the weave. Ethical theory in the age of its autonomy. *Ethica*, v. 13, p. 207-224, 2006.

MIAH, A. *Atletas geneticamente modificados*. São Paulo: Phorte, 2008.

Dirceu Ribeiro Gama

Doutor em filosofia pela Universidade Gama Filho (RJ)

Professor de socioantropologia do movimento humano e esportes do

Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade

Federal do Amazonas

E-mail: dirceugama@ufam.edu.br

Recebido: 22 jan. 2009

Aprovado: 22 maio 2009

3. Sobre as características que singularizam os universos linguísticos filosóficos francês, alemão e anglo-saxão, conferir o trabalho do filósofo Norman Madarasz denominado "The cross and the weave. Ethical theory in the age of its autonomy", publicado em *Ethica*, v. 13, p. 207-224, 2006.

Endereço para correspondência
Dirceu Ribeiro Gama
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia,
Universidade Federal do Amazonas
Rua Paráíba, 2.186 – Palmares
Parintins-AM
CEP 69153-010